

CÂMARA MUNICIPAL / MACAUBAS

ATA DA NONA (9ª) SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO (1º) PERÍODO LEGISLATIVO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS (2022), DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÚBAS, ESTADO DA BAHIA.

Aos sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e dois (07/04/2022), às oito horas e dez minutos (08h10min) sob a Presidência do Vereador ROBERTO CARLOS ROCHA, Secretariado pelos Edis: ROBERTO OLIVEIRA SOUSA (Primeiro Secretário) e WILLIAN SILVA SOUZA (Segundo Secretário), em conformidade com a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa de Leis, deu-se início a nona Sessão ordinária do primeiro período do ano de dois mil e vinte e dois, estando presentes os seguintes vereadores: José dos Anjos Santos, Jurandi Costa Silva, Jurandi de Sousa Amaral, Marcelo Antônio Nogueira Costa, Márcia da Silva Benda, Marciel Costa Souza, Ricardo Azevedo Longa, Ricardo Luciano Figueiredo Costa, Roberto Carlos Rocha, Roberto Cléber Oliveira Rêgo, Roberto Oliveira Sousa, Rosenilton Defensor Araújo, Valmir Conceição dos Santos, Waldomiro Sobrinho Móia e Willian Silva Souza. Na primeira parte - Pequeno Expediente, observando que havia número legal, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão cumprimentando as pessoas presentes, internautas e ouvintes da FM 103.9, realizou a oração de praxe (Pai-Nosso) e após, consultou sobre a aprovação da ata da Sessão anterior, a qual, foi aprovada por unanimidade sem retificações. Em seguida, autorizou a Secretária a realizar a leitura das seguintes proposições: INDICAÇÃO Nº 194/2022 DE 05 DE ABRIL DE 2022, ao Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Roberto Carlos Rocha, oriundo do vereador, Roberto Oliveira Sousa, propondo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Macaúbas, Aloísio Miguel Rebonato, que seja feita a reforma das estradas das Comunidades de Santa Apolônia I, Santa Apolônia II, Riachão de Daniel, Nova Esperança, Morão de Pedra, Dourado, Curral Novo, Lagoa da Pedra e Três Outeiros, neste Município de Macaúbas - Bahia; INDICAÇÃO Nº 195/2022 DE 05 DE ABRIL DE 2022, ao Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Roberto Carlos Rocha, de autoria do vereador, Roberto Oliveira Sousa, propondo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Macaúbas, Aloísio Miguel Rebonato, que seja feita a reforma da Quadra Poliesportiva bem como a manutenção da iluminação pública na Comunidade de Carrapato, neste Município de Macaúbas - Bahia; INDICAÇÃO № 196/2022 DE 05 DE ABRIL DE 2022, ao Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Roberto Carlos Rocha, oriundo do vereador, Willian Silva Sousa, propondo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Macaúbas, Aloísio Miguel Rebonato, que seja feita a recuperação da estrada da Olaria, da casa de João Roque até a capela; OFÍCIO Nº 364/2022 DATADO DE 04 DE ABRIL DE 2022, ao Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Roberto Carlos Rocha, de autoria do Secretário Municipal de Educação, João Luis Oliveira Figueiredo, solicitando o uso da palavra na Tribuna Popular na Sessão do dia 07/04/2022 para prestar esclarecimentos a respeito do Projeto de Lei do Executivo nº 184/2022 que "Dispõe sobre a aplicação e destinação dos 60% dos recursos oriundos das diferenças dos recursos pagos pela União Federal a título de complementação do antigo FUNDEF por meio de precatórios Judiciais, bem como autoriza o gestor municipal a fazer acordo acerca da verba, como se especifica e as outras providências"; OFÍCIO

The state of the s

Media

19-

Rua Artur Antônio Costa, 48 - Centro - CEP: 46.500-000 - Macaúbas-Ba Fone: (77) 3473-1102 - E-mail:contato@camaramacaubas.ba.gov.br - Site: www.camaramacaubas.ba.gov.br/

Nº 013/2022 DATADO DE 05 DE ABRIL DE 2022, ao Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Roberto Carlos Rocha, de autoria da Diretora da APLB – Delegacia, Regional da Chapada Diamantina de Macaúbas - Bahia, Maria Santos Oliveira, solicitando o espaço para o uso da palavra na Tribuna Popular na Sessão do dia 07/04/2022 para prestar esclarecimentos a respeito do Projeto de Lei do Executivo nº 184/2022 que "Dispõe sobre a aplicação e destinação dos 60% dos recursos oriundos das diferenças dos recursos pagos pela União Federal a título de complementação do antigo FUNDEF por meio de precatórios Judiciais, bem como autoriza o gestor municipal a fazer acordo acerca da verba, como se especifica e as outras providências"; Prosseguindo, o Presidente convidou para fazer uso da palavra na Tribuna Popular, o Secretário Municipal de Educação, João Luís Oliveira Figueiredo pelo tempo determinado de cinco minutos, onde o mesmo deu início ao seu pronunciamento deixando suas saudações aos presentes, após, agradeceu pelo espaço democrático que esta Casa proporciona aos cidadãos macaubenses, ao tempo que elucidou que cada um dos legisladores estão representando a população e esta Casa tem fundamental importância no movimento social, econômico, educacional e na saúde do povo macaubense, a qual é protagonista dos avanços que venha ter o município. Na sequência, disse que encaminhou o ofício solicitando o uso da Tribuna para que dentro do tempo regimental pudesse explanar de forma suscinta sobre o precatório, onde em nome da Professora Gardênia cumprimentou todos os professores e as comissões que há mais de nove anos vem lutando para esse momento chegar, visto que o Precatório é uma demanda de mais de quinze anos a nível nacional, mas em Macaúbas essa luta iniciou há nove anos, dizendo que também veste e defende essa camisa em defesa dos 60% (sessenta por cento) dos precatórios destinado ao professor, até porque, toda Legislação Educacional da época e as atuais dizem respeito e os favorecem nesse sentido, onde a própria Constituição relata a questão. Após as colocações acima, abordou que o precatório do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério) em Macaúbas passou a ser debatido no ano de 2013, onde na época a Gestão da APLB, através do Professor popularmente conhecido como Caixinha, passou a ter conhecimento através de um curso e trouxeram a demanda para o município, onde junto ao Gestor Municipal da época, José João Pereira, deram entrada nos Precatórios juntamente com a UPB (União dos Municípios da Bahia). Abordou que no dia anterior foi surpreendido com um ofício do Ministério Público Federal devido ter sido provocado por alguma pessoa de Macaúbas, pedindo explicações sobre a questão do rateio do FUNDEF, lembrando ser um dever-Constitucional e por isso foi encaminhado o Projeto para a Câmara para que tenha o aval/ e a segurança jurídica, uma vez que esta Casa é um Poder dentro da esfera do município, sendo o poder fundamental no processo de aprovação e na construção do caminho que vai levar ao pagamento do precatório, o qual, na semana anterior ouviu os vereadores gritarem em sessão pelo imediatismo do pagamento, ressaltando que se o Executivo não tivesse a intenção de pagar não teria avançado com a pauta, a qual ficou inerte há quatro anos e agora foi feita em três meses na sua Gestão de Secretário Municipal, onde estabeleceu um diálogo com a classe e diante desse momento histórico não se pode falar em imediatismo para que não venham a ter problemas, pois os atos administrativos tem que ser pautados em cima dos preceitos da legalidade e após o aval desta casa necessita ser construído um plano de trabalho e execução, afinal tempos professores que já faleceram, onde tem que pagar os herdeiros, outros que se aposentaram, outros que tiveram processos administrativos dentro do município e estão na justiça como também é necessário avaliar a proporcionalidade dos anos trabalhados de cada profissional. Diante do abordado esclareceu que antes de ser Secretário também é professor atuante por vinte e quatro anos e na oportunidade falou sobre a sua trajetória de ensino e as dificuldades enfrentadas no período em que as tecnologias não eram tão avançadas.

700

MARIA

Proberto Olivera

m

Sousa

Maulo

Voltando a falar sobre a questão do imediatismo, sinalizou que não podem atuar dessa forma para que não aconteça da mesma forma que aconteceu com o próprio recurso do precatório, uma vez que foi construído um plano de ação para usar a parte dos 40% (quarenta por cento), onde esclareceu a situação através de planilhas de construção de obras feitas através de recursos referentes ao precatório, onde foi gasto mais de dois milhões em reformas de quatro escolas pela Gestão anterior, relatando situações que aconteceram com o Colégio de Canatiba, Curral Novo entre outras situações, as quais serão encaminhadas ao Ministério Público, ao tempo que se colocou a disposição para se fazer presente nesta casa juntamente com um Engenheiro para que possam discutir sobre a questão. Pediu para que esqueçam as questões políticas, uma vez que o pagamento dos precatórios não irá beneficiar apenas os professores, pois são mais de quarenta e três milhões de reais dentro do nosso município que será distribuído no comércio local, movimentando a economia de nossa cidade, não ficando concentrado em empreiteiras, visto que a fiscalização da sociedade não é tão grande. Continuando, disse esperar que o Projeto do precatório seja aprovado pela Câmara, dizendo que não iria entrar em detalhes técnicos, visto que o jurídico da APLB irá fazer sua explanação posteriormente, uma vez que o referido Projeto foi construído em conjunto, em tempos, se colocou a disposição para esclarecimentos em caso de dúvidas se for de entendimento do Plenário. Em seguida, respondeu questionamentos levantados pelos vereadores na Sessão anterior, esclarecendo vários fatos que foram expostos sobre sua vida particular e pública, quanto a reforma das escolas, transporte e merenda escolar. Após excedido o tempo por parte do Secretário que já havia falado cerca de vinte e sete minutos, o Presidente chamou a atenção do mesmo devido ao tempo e pelo fato do mesmo está fugindo do tema pelo qual foi solicitado. O vereador Marcelo Nogueira em parte, ressaltou que várias pessoas já usaram a Tribuna pelo tempo de vinte a trinta minutos, então não havia motivos para interromper a fala do Secretário. Diante do solicitado o Secretário continuou sua explanação respondendo as críticas dos vereadores em suas falas na sessão anterior. Finalizou após trinta e três minutos com um texto bíblico e uma tese de Albert Einstein. Em posse da palavra o Presidente agradeceu o Secretário João Luís pelas suas explanações e sequentemente convidou para fazer uso da Tribuna Popular o Advogado Dr. Ramon para falar sobre o Projeto nº 184/2022 pelo tempo determinado de cinco minutos, o qual, deu início a sua explanação saudando todos os presentes. Após, sinalizou que se fez presente para fazer esclarecimentos relacionados ao precatório, onde na corrente sessão será colocado em votação o Projeto que autoriza o Gestor a fazer acordo acerca da verba e como existe muitas dúvidas se fez presente para colaborar com os esclarecimentos, pois assim como o Gestor Municipal, a Casa Legislativa também tem a mesma importância, pois a Lei passa antes pela Câmara e nenhum Gestor poderá agir sem Lei, ressaltando que a palavra de ordem na presente Sessão seria "União" em prol dos professores, os quais tem conhecimento de tudo que acontece no município como também pediu comprometimento, pois assim como o Gestor se comprometeu em fazer com que esse dinheiro cheque aos professores, é necessário fazer um processo de formalidade, o qual só será possível com o comprometimento dos legisladores na aprovação do Projeto de Lei, os quais sempre usam suas falas para tecerem elogios à classe dos professores. Em sequência, disse que foi julgado há pouco tempo uma TPF 528 pelo Supremo Tribunal Federal, onde discutiu a forma de pagamento desses valores e foi afirmado que não poderá ser feito em forma de remuneração, visto que a Lei do FUNDEF antigamente trazia esses pagamentos em forma de remuneração, porém, esse dinheiro do precatório não entra todo ano, devido a isso entrou uma Emenda Constitucional nº 114 que tem a força de Constituição, a qual diz claramente que o pagamento é via abono como está relatado no Projeto, onde dessa forma o STF aprova. Prosseguindo com a mesma temática, disse que o nosso município está inovando, ao tempo que enfatizou que há

() liveura

Service of the servic

Helicities

D

M

Mille

vários municípios da região nordeste que fizeram esse mesmo processo e efetuaram o pagamento dos precatórios. Abordou sobre a importância da classe dos professores para toda a sociedade, os quais batalham e enfrentam situações degradantes, por isso os quarenta por cento do recurso foi destinado à educação e os sessenta por cento aos profissionais da educação. Quanto a questão do pagamento de imediato questionado por alguns legisladores, disse ser necessário uma Lei prévia para organizar um plano de ação assim como foi feito no dia 10 de dezembro do ano de 2019 nesta casa quando votou o projeto autorizando usar o recurso dos 40% (quarenta por cento), necessitando encaminhar o Projeto para a Casa Legislativa para autorizar o pagamento mediante Lei. Após, disse que na mesma data citada acima, estiveram nesta Casa para tratar justamente da segurança e a forma de realizar esse pagamento, mas, na época só se tratou dos 40%, porém, foi resguardado os 60%, onde uniram força e conseguiram a elaboração desse Projeto que chegou à Câmara no momento, uma vez que a Casa Legislativa tem o mesmo papel e a mesma importância nessa matéria que após concluída beneficiará toda a sociedade macaubense. Quanto as verbas dos precatórios, informou que já estão municipalizados, então mediante a Lei é esta Casa que poderá definir como vai ser gasto esse dinheiro, por isso a importância da união e do comprometimento dos Legisladores com os professores nesse processo importantíssimo para o nosso município. Em relação ao acordo, disse que hoje, a matéria já está municipalizada, inclusive parte do dinheiro está bloqueado, uma vez que a parte dos quarenta por cento a Lei já determinou que poderá ser gasto com demandas da educação e a outra parte foi bloqueada pelo Juiz, devido existir uma Lei que diz que os sessenta por cento tinha que ser destinada aos professores. Após o abordado acima, salientou que poderia deixar que o Juiz determinasse a forma de pagamento, mas como a palavra de ordem é união e o Executivo junto ao Legislativo estão de acordo para que essa matéria seja resolvida de forma mais rápida, irão fazer acordo com o judiciário perante os princípios republicanos e da Administração Pública de forma legítima, onde terá Edital publicado e tudo será feito com transparência, uma vez que se trata de dinheiro público. Finalizou pedindo o apoio e comprometimento dos mesmos na aprovação desse projeto, ao tempo que agradeceu pelo espaço concedido, colocando-se à disposição para quaisquer questionamentos. Em seguida o Presidente agradeceu ao Advogado, representante da APLB, pela sua fala, dizendo ser uma luta de muitos anos que será concretizada, ao tempo que deixou o apoio desta Casa aos professores. Ato contínuo, o Presidente Carlinhos passa a palavra ao Primeiro Secretário Roberto Oliveira Sousa para coordenar os trabalhos, onde o mesmo deixou seus cumprimentos aos presentes, ouvintes da 103,9 e internautas e passou a palavra aos senhores vereadores pelo tempo regimental de três minutos. Iniciou o expediente pelo vereador José dos Anjos Santos (lé), que iniciou sua explanação saudando a todos os presentes, ao tempo que saudou os professores presentes como também os que não puderam comparecer devido ao seu horário de trabalho. Citou que está no seu quinto mandato nesta Casa Legislativa e sempre que existiu alguma demanda em prol dos professores foi favorável à classe, não sendo agora que irá ser contra, uma vez que sempre vem discutindo e sempre defendeu que esse recurso dos 60% dos precatórios fosse destinado aos professores, visto que após o pagamento dos precatórios não será apenas a categoria que será beneficiada, mas todo o município em geral. Feito isso, sinalizou que juntamente aos demais membros das Comissões deram o Parecer favorável ao Projeto e deixou seu apoio. Para finalizar, aproveitou a oportunidade para solicitar do Secretário de Educação para resolver a situação dos alunos do Ensino Médio que residem em Lírio de Contendas e estão indo andando até a BA 156 para pegar o transporte, devido a isso, disse que foi cobrado pela população para que coloque um transporte no local, onde de antemão comunicou que estaria encaminhando ofício fazendo a solicitação. Começou explanar o vereador Ricardo Luciano Figueiredo Costa saudando a todos os presentes no recinto e aos que

3

Roberto Olivera Jousa

Musel

un

Contract of the second

Halles

acompanham pela FM e pelas redes sociais. Logo em seguida, saudou os professores falando sobre a importância daquele momento tão aguardado por toda a categoria. Após, abordou que assim que o Projeto que tanto ansiava, foi dado entrada na Câmara, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, procurou dentre as normas regimentais e respeitando os prazos que a Casa os impõe, convocar os presidentes das demais Comissões para reunir conjuntamente e de forma unânime procuraram dá o Parecer na maior brevidade possível, o qual foi feito pelo jurídico e todos aprovados por três votos favoráveis, visto que com apenas oito dias que o Projeto foi apresentado já seria colocado em primeira votação, ao tempo que explanou que foi a matéria que teve uma tramitação mais rápida na Câmara até o momento, afirmando que esta Casa jamais seria contra o Projeto. Diante o exposto, disse que como Presidente da Comissão, observou que os Procuradores da Prefeitura até o momento não deu uma manifestação jurídica sobre o caso, onde na oportunidade solicitou dos responsáveis que se faziam presentes para que procurasse o jurídico da Prefeitura para que os mesmos encaminhem esse parecer jurídico até a segunda votação do Projeto, visto que será uma maneira de reforçar ainda mais essa situação do Precatório. Para finalizar, antecipou seu voto favorável aos pareceres e ao Projeto. Em uso da palavra a vereadora Márcia da Silva Benda cumprimentou todos os presentes em nome da Professora Ivanilde, dizendo ser um dia de celebrar, pois é um dia importante para a classe dos professores, para toda a população macaubense e para esta Casa, pois como foi elucidado pelo Jurídico, a mesma tem um papel de grande importância nesse processo e quando o Advogado falou em relação a união, falou sobre a necessidade dos Legisladores entender que é preciso unir não só no projeto do Precatório, mas sim em todos os projetos que vierem a esta Casa. Deixou sua satisfação por estar fazendo parte desse processo, informando que participou de várias reuniões no mandato anterior, onde o jurídico sempre brincava que a mesma estava insegura nas decisões, mas era justamente para poder ter a segurança desse momento. Logo após, agradeceu a vinda do Secretário João Luís, que esclareceu muito bem toda a situação do nosso município, se colocando à disposição para responder questionamentos, porém, como faz parte da Comissão de Educação nesta Casa Legislativa sempre está vivenciando essas situações expostas pelo mesmo assim como toda a problemática que o município de fato ainda está por resolver na questão da educação. Parabenizou os professores pela conquista, ao tempo que informou que também faz parte da Comissão de Finanças, onde tiveram o cuidado de buscar junto ao jurídico desta Casa um parecer para que pudessem votar com segurança e finalizou antecipando seu voto favorável ao Projeto. Explanou o vereador Valmir Conceição dos Santos que após os cumprimentos, agradeceu a vinda do jurídico da APLB, partícipe da Tribuna, onde o mesmo citou que a união faz a força, concordando com a frase e sinalizando seu voto favorável ao Projeto, visto que foi uma luta durante os quatro anos da Gestão anterior para que o Projeto fosse encaminhado para esta casa, uma vez que não é competência do Legislativo entrar com Projeto que gera despesas para o município, ao tempo que deixou sua felicidade em está podendo participar dessa conquista dos professores, pois como sempre cita, para ser profissional de qualquer área precisa passar primeiro pelo professor. Em seguida, parabenizou o Secretário João Luís pela sua fala, concordando com a fala do mesmo que citou que nem tudo que a gente fala é correto. Dito isso, abordou sobre a situação da Agricultura Familiar, pois foi feita uma licitação em janeiro e até o momento não foi feito nenhum acordo, devido a isso alguns agricultores já desistiram de participar, ao tempo que disse saber que o aditivo da merenda escolar pode chegar até os vinte cinco, mas mesmo com esse aditivo os mesmos não tem condições de participar. Após, sugeriu que o passado servisse de lição para corrigir o futuro, dizendo esperar que o mesmo faça pela educação o que os secretários anteriores não fizeram, ao tempo que abordou sobre a nova Gestão que foi colocada pelo povo de Macaúbas para fazer a mudança, dizendo que o mesmo precisa

Hanes

S. C.

D

San A

Ny

Roberte

Oliviera Sousa Cara Phalas

1

flower !

cumprir com o que prometeu. Para finalizar, parabenizou o ex. Prefeito José João Pereira que teve força total juntamente com a APLB para que o município de Macaúbas tivesse direito ao Precatório. Deu continuidade ao expediente o vereador Willian Silva Souza, que após saudar os presentes e aos que acompanham pela FM e pelas redes sociais, agradeceu o Jurídico da APLB pela sua explanação referente ao Projeto do Precatório, ao tempo que elucidou aos professores que desde o início da atual Gestão, todos os vereadores que compõe esta Casa Legislativa vem cobrando e apoiando os professores quanto a vinda do Projeto para esta Casa para que possa aprovar e distribuir de forma correta esse recurso, o qual irá alavancar o comércio de nossa região. Abordou que quando foi citado sobre o imediatismo do pagamento, foi pelo motivo desta Casa aprovar um projeto concedendo um recurso de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para a saúde, onde foi solicitado por todos os edis que parte do recurso fosse direcionado ao pagamento da gratificação dos servidores que atuava na linha de frente em combate ao COVID, porém, essa gratificação não foi paga pelo Gestor, então fica com essa insegurança, visto que como foi abordado pelo colega Ricardo, não veio nenhum parecer jurídico da Prefeitura vinculado ao projeto do precatório, ao tempo que deixou seu entendimento quanto a tramitação do mesmo. Finalizou, deixando seu apoio assim como dos colegas na aprovação do Projeto dizendo esperar que o Executivo junto ao seu jurídico e a APLB faça a distribuição do recurso da melhor forma possível. Deu início a sua explanação o vereador Marciel Costa Souza, deixando seus cumprimentos a todos os presentes. Em seguida, trouxe uma cobrança do pessoal de Pé da Serra do Canto quanto ao transporte escolar que não está tendo no local devido a situação das estradas como também trouxe uma cobrança dos moradores de Olho D'água dos Barcelos e Fifiri referente também a situação das estradas, ao tempo que esclareceu que muitos vereadores não gostam de vê-los cobrando, porém, esse é o papel dos mesmos como representantes do povo. Com relação aos Precatórios, citou que guando era Presidente da Câmara, o Professor, popularmente conhecido como Caixinha, Presidente da APLB na época, juntamente com o Gestor da época, José João Pereira, acompanhado de sua Assessoria Jurídica deu entrada no processo junto a UPB (União dos Prefeitos da Bahia), onde esteve presente no dia. Diante o exposto, agradeceu ao ex. Prefeito Zezinho, a APLB e aos vereadores que fazia parte da Gestão na época que sempre empenharam nessa luta, a qual deu continuidade. Com relação ao pagamento, falou sobre a preocupação quanto ao pagamento, esclarecendo que se for para ser pago, esta Casa jamais deixará de aprovar. Em tempos, solicitou dos colegas para que o Projeto fosse colocado em única votação, uma vez que o Plenária desta Casa é soberano, já haviam dado os Pareceres, então não seria necessário uma sessão extraordinária para segunda votação. Falou sobre a importância de anexar um Parecer da Procuradoria Jurídica do Município ao Projeto para fortalecer, uma vez que não é apenas aprovar o Projeto e pagar, pois o mesmo terá ainda um percurso a ser percorrido. Finalizou agradecendo. Fázendo uso da palavra o vereador Waldomiro Sobrinho Moia (Vá de Lindolfo) iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes no recinto e parabenizando os professores, dizendo ter a honra e o privilégio de participar desse processo dos precatórios desde o início, dizendo saber a demanda e a luta dos professores. Em seguida, após saudar os ouvintes pela FM e pelas Redes Sociais, reforçou a cobrança do colega que antecedeu a sua fala e aproveitando a presença do Secretário de Educação, falou sobre a cobrança dos vereadores quanto a harmonia que deveria existir entre o Executivo e o Legislativo, o que não vem acontecendo, visto que desde o início encaminhou indicações ao Executivo com algumas demandas e entre elas estava a solicitação para recuperação da estrada de Pé da Serra de Canto, porém, já estamos há dois anos de Gestão e não foi atendido como também solicitou os quebra-molas na região de Lagoa Clara, reparação da iluminação Pública tanto na sede como na zona rural. Após, agradeceu por estar iniciando a reparação da iluminação pública na região do corredor, esperando que dê

5

Market

Angle .

Monte allineura Sousa

n

Sold

Hautes

continuidade em todo o município, uma vez que foi aprovado o projeto concedendo o recurso de um milhão e seiscentos mil para fazer essa reparação em todo o município e os vereadores estão nesta Casa para fiscalizar e cobrar. Finalizou agradecendo. Usou a palavra o vereador Jurandi de Sousa Amaral (Nego de Eli), que deu início deixando suas saudações aos presentes no recinto e ouvintes. Após, deixou sua satisfação por estar participando desse momento tão importante para a classe dos professores, dizendo que desde o início do processo já atuava como vereador nesta casa e tem conhecimento dessa luta. Em seguida, parabenizou o Secretario João Luís pela sua explanação, dizendo que sentiu firmeza na fala do mesmo desde a primeira reunião feita após assumir o cargo, onde o secretário citado esclareceu que se não tivesse autonomia para assumir o cargo voltaria para a sala de aula. Após, parabenizou a APLB em nome de Caixinha, Maria e todos os Gestores que passaram pelo órgão que sempre estiveram nesta Casa fazendo cobranças em prol dos professores, ao tempo que citou a pessoa do Professor Bira, que não fez parte da luta dos precatórios, mas debatia sobre outros temas favoráveis à Classe. Finalizou parabenizando todos os professores, os quais são responsáveis pela educação de todos os munícipes, ao tempo que concordou com o colega Marciel em relação ao projeto ser colocado em votação única, já antecipando seu foto favorável. O vereador Marcelo Antônio Nogueira Costa, após deixar suas saudações aos presentes e aos que acompanham pela FM e pelas redes sociais, teceu comentários relacionados ao transporte escolar do nosso município, especificamente a região do Carrapato, assunto debatido na sessão anterior, relatando que o transporte não era adequado para transportar crianças de quatro a cinco anos, devido ao abordado foi até o local e confirmou que realmente não é adequado, visto que o ônibus não é climatizado, não tem cinto de segurança, o percurso é muito longo e as crianças acabam dormindo durante a viagem, sendo essa a preocupação dos vereadores nesta Casa, pois o que não deseja para si, também não deseja aos outros, ao tempo que aproveitou a presença do Secretário de Educação e solicitou a resolução do problema que ainda não foi resolvido. Em seguida, parabenizou as Comissões de Educação, Finanças e Justiça pela brevidade em elaborar os pareceres e encaminhar à Mesa para dá continuidade ao processo dos precatórios. Após, abordou que no ano de 2019, o Gestor da época encaminhou o projeto para esta Casa para execução e o uso do precatório, o qual não citava percentual, então elaborou uma Emenda na época, separando os 60% (sessenta por cento), e hoje, é Lei Municipal que esses 60% do precatório seja destinado aos professores do nosso município. Após o abordado acima, pediu ao Secretário presente para aproveitar o momento e defender essa classe sofrida pelas condições desfavoráveis que os mesmos enfrentavam, principalmente no tempo que o sistema não era tão avançado e finalizou deixando sua imensa satisfação por estar fazendo parte desse momento junto à categoria, dizendo não ter dúvidas quanto a aprovação do Projeto. Deu início à sua fala o vereador Ricardo Azevedo Longa, que após cumprimentar todos os presentes no recinto, ouvintes e aos que acompanham pelas redes sociais, destacou a fala do Advogado Dr. Ramon que na sua abordagem foi bastante coerente e pertinente em relação ao Projeto do precatório. Em seguida, destacou a fala do Secretário de Educação João Luis que também foi bastante coerente em sua fala. Após, fez um apelo em relação a criação de um Canil em nossa cidade, visto que está necessitando com urgência devido à grande quantidade de animais soltos na cidade em situações degradantes, dizendo que já levou a situação ao Executivo e acredita que o Prefeito irá sensibilizar com essa situação, uma cobrança que também já foi feita pelo vereador lé. Em seguida, teceu comentários relacionados há algumas cobranças que levou ao Secretário, Salvador, em relação a iluminação pública em nosso município, dizendo que já está avançando em algumas regiões, sabendo a extensão do município, mas acredita que logo irá sanar esse problema, ao tempo que citou o povoado de Veredinha que também será priorizado com essa iluminação. Destacou o trabalho do Secretário Netinho

Harden

1

The state of the s

(h)

Olivera Sousa

Section

fhone

que vem avançando na reforma das estradas, sinalizando que na presente data as máquinas estão na região de Barra de Cima, na localidade de Pé do Morro, região longínqua que as estradas eram intransitáveis e já foram reformadas, ao tempo que reforçou o pedido do colega Willian com relação as estradas de Olaria, visto que já passou a situação para o secretário responsável e o mesmo confirmou que irá resolver a situação como também as estradas da Comunidade de Muquém, dizendo ser cobranças pertinentes e construtivas, onde os dois Poderes precisam trabalhar em harmonia. Para finalizar, fez comentários relacionados ao precatório, dizendo ser uma luta da classe dos professores, ao tempo que concordou com as falas do Advogado Ramon e do secretário de Educação quando os mesmos abordaram sobre as dificuldades que os professores enfrentam, dizendo que já atuou como Diretor Escolar na Comunidade de Coqueiro durante seis anos e também passou pelos mesmos perrengues. Falou sobre a importância do precatório para todos os professores, esperando que o Prefeito sensibilize e dê o passo final com o pagamento, pois é o direito da categoria. Com a palavra o vereador Rosenilton Defensor Araújo (Nito), iniciou saudando todos os presentes e ouvintes. Após, parabenizou o Secretário de Educação, João Luis, pela sua iniciativa de comparecer a esta Casa e também pela sua explanação, dizendo que a população macaubense precisava ouvir essas verdades. Em seguida, afirmou aos professores que não tem dúvidas quanto a aprovação do Projeto por todos os vereadores, uma vez que é de fundamental importância esse recurso dentro do nosso município. Finalizou agradecendo. Em uso da palavra o vereador Jurandir Costa Silva iniciou sua fala saudando todos os presentes e ouvintes. Logo após, parabenizou o Secretário Municipal de Educação João Luiz, pela explanação na Tribuna Livre, mencionando que o referido abordou toda trajetória do recurso dos precatórios, bem como a Dr. Ramon, advogado do Sindicato dos Professores que esclareceu as dúvidas e questionamentos feitos nesta Casa Legislativa em sessões anteriores sobre a execução do pagamento do recurso já especificado, ao tempo que disse aos docentes que todos os legisladores, darão votos favoráveis ao projeto dos precatórios. Seguindo, mencionou as solicitações de colegas para submeter o projeto em tese em votação única, citando que o mesmo já havia questionado o presidente sobre o ato e o mesmo lhe abordou que os trâmites legais não permitiria dispor o projeto em votação única, porém, já está convocada uma Reunião em caráter extraordinário para a próxima terça-feira com a finalidade de realizar a segunda votação do mesmo. Em tempo, o referido vereador pediu desculpas e informou que por questões de agenda, o mesmo não poderá estar presente na sessão extraordinária já citada, mas votará favorável na presente sessão e tem certeza que na terça-feira o mesmo será aprovado com sucesso. Começou explanar o vereador Roberto Oliveira Sousa (Roberto de Zé de Enedina) fazendo os cumprimentos e logo em seguida, enalteceu a importância do projeto dos precatórios, pontuando que há tempos o mesmo vem sendo discutido e acompanhado, onde na presente sessão a classe docente alcançará uma fase importante com a votação e aprovação do projeto por unanimidade nesta casa Legislativa. Feito isso, enfatizou que muito tem se falado da necessidade de harmonia entre os poderes legislativo e executivo, mencionando que os legisladores como representantes do povo recebem as demandas, fazem indicações ao poder executivo com o intuito de informar ao mesmo a necessidade do município, uma vez que cada região é representada por um vereador, informando que já está em seu quarto mandato e as solicitações feitas são necessidades recorrentes e se não haver harmonia entre os poderes já citados, ficará difícil sanar os problemas de cada região. Em tempo, sinalizou que foi apresentada na fluente sessão duas indicações de sua autoria sob números 194 e 195, sendo uma relacionada às estradas da região do baixio as quais fazem divisas com os municípios de Ibipitanga, Rio do Pires, Caturama e se encontram quase intransitáveis. Salientou que tem recebido cobranças do povo e trazido essas demandas através de indicações ao poder executivo e espera solução. Seguindo no

plealey

Short Start

mesmo contexto, citou que a outra indicação vem propor ao poder executivo que faça a reforma na quadra escolar da comunidade de Carrapato, a qual desde sua construção não foi feita reforma. Salientou que a comunidade confiou e votou em seus representantes para ser o elo de ligação entre os poderes e solucionar os problemas, porém, nada é feito, dessa forma perdem tempo debatendo assuntos recorrentes nesta Casa Legislativa, enquanto poderia estar dando foco a outros mais importantes. O vereador Roberto Carlos Rocha (Carlinhos de Antero) após os cumprimentos, manifestou sua satisfação em ver os professores nesta Casa Legislativa sendo que alguns destes o mesmo os transportou e acompanhou os serviços prestados com muitas dificuldades na Região Serrana, dizendo ser mais do que justo que os 60% do recurso do precatório sejam destinados aos docentes, os quais vem lutando desde a gestão anterior. Em tempo, os informaram que tendo precaução irá seguir orientação jurídica e o processo de votação do referido projeto transcorrerá normalmente nesta Casa Legislativa, onde a primeira votação ocorrerá na presente sessão e diante dos feriados nas duas próximas quintas-feiras, a segunda votação ocorrerá em sessão extraordinária convocada para a próxima terça-feira. Dessa forma evitará a qualquer questionamento ou falatórios conforme comentários de colegas que o projeto foi recebido no galpão de eventos e estava engavetado e posteriormente fez indagação sobre a rapidez dos trâmites, esclarecendo que assim que o Projeto foi protocolado nesta Casa já foi encaminhado para as Comissões que deram o Parecer com a maior brevidade possível e o citado Projeto já teria sido colocado em primeira votação na corrente sessão. Para findar sua participação, enfatizou que vai continuar trabalhando com honestidade e transparência. Explanou o vereador Roberto Cléber Oliveira Rêgo (Clebinho) o qual iniciou sua fala fazendo as saudações e na sequência, parabenizou a classe docente desse município pelos esforços na realização dos trabalhos, os quais formam todas as profissões, bem como pela luta frente aos precatórios. Pontuou que os vereadores também cobram pela execução do pagamento do mesmo, sendo o atual evento apenas mais uma conquista, pois só será comemorado quando o citado recurso se encontrar nas contas dos Professores. Na sequência, parabenizou o secretário municipal de educação, Rei, pela explanação na Tribuna Livre, ao tempo que o convidou para voltar outras vezes, pois há limitação de tempo no uso da fala e sabe que o mesmo tem muito a expor. Em tempo, declarou voto favorável ao projeto em tese e solicitou que os Procuradores do município se manifestem nesta Casa Legislativa referente ao mesmo, para que a posição do município fique evidente e que independentemente de gestor, essa é uma conquista dos Professores. No ato, questionou Dr. Ramon se esse recurso é direito apenas da classe dos professores ou também dos demais profissionais da área da Educação. Passada a palavra ao Presidente Roberto Carlos Rocha (Carlinhos de Antério), o mesmo agradeceu a todos os presentes e voltou a palavra ao Primeiro Secretário para dá continuidade aos trabalhos. Na segunda parte - Grande Expediente fizeram uso da palavra os seguintes Senhores Vereadores: Fez uso da palavra o vereador José dos Anjos Santos (lé) iniciando sua explanação fazendo as saudações. Em seguida, solicitou explicações dos proprietários de postos de combustíveis dessa cidade de Macaúbas referente uma redução de 30 centavos sob o litro de gasolina conforme visto pelo mesmo em reportagem, ao tempo que propôs se verídica a informação dada, que faça a redução sugerida, uma vez que o município de Macaúbas é taxado como o local que vende a gasolina mais cara do Estado da Bahia. Após isso, enfatizou que todos têm o direito de ir e vir, é possível que o colega vereador William não teve a intenção de provocar alguém e que o legislador citado respondeu questionamentos recebidos de populares pelas redes sociais referentes aos locais de estudo de suas filhas. Relatou que o colega mencionado o afirmou ter orgulho de suas filhas serem estudantes da rede pública municipal de ensino onde na maioria das vezes atuam os mesmos professores da rede particular de ensino. Em tempo, direcionou sua fala aos professores presentes

Souso

(Llivera

falando que se o poder público der condição de trabalho, não há motivos para atuação divergente na modalidade do ensino. Na oportunidade, disse ao colega vereador William que sentiu orgulho do mesmo por confiar na escola pública, enfatizando que o citado talvez não teve intenção de ofender alguém com sua fala na sessão anterior e sim exposto uma opinião como pai e cidadão. No instante em que disse aos professores presentes que os legisladores vão fazer sua parte e solicitou agilidade da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo e do Sindicato da categoria para reivindicar os direitos dos mesmos e quem ganhará não será tão somente os professores e sim também os discentes. O vereador Ricardo Luciano Figueiredo Costa deu início sua fala abordando saber da pressa de todos, em especial dos Professores pela aprovação do projeto dos precatórios, porém, não ver necessidade de colocá-lo em votação única conforme sugestão de colegas, até mesmo para evitar futuros questionamentos sobre os trâmites, uma vez que o mesmo não veio para esta Casa Legislativa em caráter de urgência. Solicitou que todos tenham paciência, ao tempo que mencionou haver uma sessão extraordinária na próxima terça-feira para votar o citado projeto e se fosse o caso, faria outras, estando à disposição para trabalhar e dar maior estabilidade jurídica ao processo. Na oportunidade, solicitou aos representantes do Poder Executivo que o setor jurídico da prefeitura encaminhe para essa Câmara um parecer assinado pelos Procuradores jurídicos para que os professores tenham mais segurança quanto à execução de pagamento dos precatórios. Após as colocações acima, abordou que será votado na corrente sessão o Projeto do Legislativo e a Emenda Modificativa, abordando que o citado projeto é de grande relevância a essa municipalidade, uma vez que é perceptível vários veículos locados pelo município sem placas de identificação e estão a serviço do mesmo, no instante em que solicitou apoio dos colegas quanto a aprovação do referido projeto, sendo o mesmo de sua autoria com o intuito de propiciar maior visibilidade e transparência, uma vez que há denúncias de irregularidades na condução dos mesmos e desvio de finalidade. Na sequência, solicitou aos professores que torçam e afirmou estar bem próximo de pagamento do recurso já especificado. Na oportunidade, relatou que foi dito anteriormente (sem especificar quem) que era questão de tempo para pagá-los, salientou que o tempo está passando, esta Casa Legislativa sempre fez sua função de forma ágil e solicitou que o poder executivo também seja. Deu início sua explanação a vereadora **Márcia da Silva Benda** fazendo as saudações e abordando que todos os tópicos relacionados aos precatórios já foram pontuados nesta Casa Legislativa. Feito isso, expôs que na presente sessão será votado uma Emenda modificativa ao projeto de número 179 referente ao Código Tributário, apresentado nesta Casa Legislativa no mês de novembro do ano anterior. Salientou que as vezes os projetos são analisados de forma imediata nessa Câmara e a emenda citada se refere a CIP-Contribuição de Iluminação Pública, um dos tópicos embutidos no projeto referente ao Código Tributário o qual é de grande importância para o município e que deve ser analisado na íntegra pelos vereadores. Enfatizou que diante da apresentação informal do parecer da Comissão de Constituição e Justiça ser favorável e haveria a possibilidade do citado projeto ser votado no mês de dezembro do ano anterior, a mesma fez a emenda por preocupar-se com os percentuais. Seguindo na mesma temática, abordou ser notório que vários colegas vereadores se precipitam em fazer uma leitura minuciosa do projeto e acaba fazendo relação de conteúdos alheios aos que se encontram entre linhas do mesmo, ao tempo que citou ser necessário que após a chegada de um determinado projeto o mesmo seja explorado juntamente ao setor jurídico. Enfatizou que a emenda apresentada, assim como o projeto pode ser aprovado ou não, porém, salientou que a sua preocupação maior é quanto a negativa dessa Câmara frente ao Código Tributário dessa municipalidade, citando que com isso tende a negar uma evolução ao município e consequentemente a população macaubense. Afirmou que em comum ideia de todos os presentes, só percebem as taxas embutidas no mencionado projeto e não foi visto

E

FILMAN =

D. M.

Japan Japan

Mine Photos

(1) lurling Jousa

ne gold

Mentos

nenhuma exposição por parte dos vereadores que as pessoas de baixa renda, preferencialmente as cadastradas nos programas sociais, são isentas, enfatizou ter feito a emenda a qual possibilitará que as pessoas que consumissem 150 kilowatts de energia por hora ficariam isentas de contribuir com a CIP- Contribuição de Iluminação Pública, as que consumissem 300 kilowatts de energia contribuiria com apenas 2% e assim sucessivamente até os 500. Em tempo, expôs que o município de Macaúbas atualmente paga aproximadamente R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por mês de iluminação pública e o projeto em tese não se trata único e exclusivamente do iluminação pública, o mesmo está sob a competência dos legisladores e não está sendo analisado, ao tempo que elucidou que o referido projeto já foi desejo de outros gestores e somente no presente momento foi posto em analise, lembrando que houve uma Audiência Pública nesta Casa Legislativa referente ao mesmo, onde esteve presente apenas o vereador Jurandi, ressaltando que deixar de votar favorável ao projeto citado estará negando arrecadação de renda ao município. Enalteceu a importância dos vereadores se dedicarem ao projeto do Código Tributário, uma vez que a partir desse, propiciará o município fazer regularização de trânsito, atender as indicações de pôr guarda municipal, colocar uma REURB - Regularização Fundiária Urbana, ao tempo que fez comparação em termo populacional entre os municípios de Macaúbas e Ibipitanga que já foi realizada a primeira votação na Câmara ao projeto de instituição da REURB - Regularização Fundiária Urbana, esse, possibilitaria ao cidadão macaubense ter seu imóvel legalizado. Após seis minutos de explanação da vereadora identificada acima, o Presidente da Mesa Diretora chamou a atenção da mesma quanto ao excesso do tempo de fala e como a vereadora se recusou a finalizar sua explanação o presidente autorizou um dos funcionários a desligar o microfone da Legisladora. Começou explanar o vereador Valmir Conceição dos Santos parabenizando os professores, ao tempo que solicitou ao Presidente da Mesa um pouco mais de respeito quanto a fala dos colegas, preferencialmente com a vereadora representante do sexo feminino, mencionando achar que não há problemas em ultrapassar o tempo da fala. Em seguida, abordou que no dia vinte de Janeiro do ano de dois mil e vinte e um, o mesmo apresentou uma indicação na qual solicitou pavimentação na Praça do Alto da Matança, especificamente na Rua 2(dois) de julho, relatou que um dia após o feito a máquina da prefeitura esteve no local citado e o mencionado vereador achou que o gestor municipal fosse dar atenção a população local, mas infelizmente, há quase dois anos de gestão a situação permanece a mesma, ressaltando que estar na hora dos prefeitos desse município respeitar o povo macaubense. Após isso, sinalizou que achou pertinente o discurso da vereadora Márcia, pois os projetos enviados do Poder Executivo a esta Casa requer discussão e a emenda apresentada pela colega citada é direcionada apenas a iluminação pública, enquanto que poderia ter feito em todos os tópicos do projeto relacionado, se assim fosse, daria seu voto favorável. Seguindo com suas colocações, expôs ter recebido mensagem de um morador da Rua Manoel Rêgo Bastos, situada no Bairro Loteamento Bastos, sobre a qual já fez cobranças a vários vereadores, os quais já fizeram várias indicações propondo que faça reparos na citada Rua que se encontra intransitável, no ato, solicitou que o gestor municipal faça a diferença. Seguindo no mesmo contexto, citou já ter feito cobranças ao secretário municipal Netinho quanto as intervenções na estrada principal do percurso de Macaúbas a Botuporã e posteriormente nas estradas adjacentes, porém não está dando atenção, ao tempo que mencionou ter visitado as comunidades de Várzea Verde, Lagoa Funda, Sapecado e constatou que só foram executadas as que passavam ônibus as que direcionam a outras comunidades não foram feitas e o mesmo vem recebendo cobranças da população, mencionando ainda que entre as cobranças recebidas há relatos que os serviços a serem executados são ditados pelo cabalista eleitoral local, ao tempo que questionou se apenas o voto desse é levado em consideração, se o voto da população que votou esperando mudança não conta, dizendo que nesse aspecto está havendo

Maria

5

And the second s

N

Roberto

Un evra Sousa

Solo

Howar

falhas do secretário Netinho e do prefeito Aloísio. Em uso da palavra o vereador William Silva Souza fez as saudações e logo após, relatou que na comunidade de Jurema onde reside muitos idosos acamados que necessitam de água, já se encontra a oito dias aproximadamente, sem abastecimento de água, no instante que cobrou do SAAE -Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto para verificar o que está ocorrendo na região mencionada. Feito isso, afirmou que não são todos os ônibus escolares que possuem cinto de segurança, especificamente na zona rural. Na sequência, mencionou que a solicitação de ponto de ônibus para atender o Bairro Cidade Nova foi em decorrência da necessidade das 210 famílias, programadas para residir no citado bairro, salientando que o mesmo foi eleito representante do povo para cobrar, fiscalizar e orientar o Poder Executivo. Voltando ao contexto da Educação, disse ter orgulho de suas filhas serem estudantes da rede pública municipal de ensino e os comentários feitos anteriormente não foi com intenção de ofender e sim pontuou que se fosse filhos dos gestores públicos os mesmos não iriam querer que as crianças de cinco e sete anos andassem até 2 Km conforme ocorre na zona rural e não foi resolvido. Sinalizou que a vida pessoal do gestor da pasta da Educação não o interessa e vice-versa, porém, o gestor ocupa cargo público e é preciso ouvir as demandas do povo desse município. Após as colocações acima, abordou que quanto ao projeto referente ao Código Tributário já houve diversas discussões nesta Casa Legislativa, cada vereador sabe como votará, sobre o qual foi apresentado uma Emenda referente apenas a iluminação pública, ao tempo que citou que na atual gestão já houve um aumento de quase 30% de acréscimo na conta de água, sugerindo aos colegas que pensem sobre o abordado. Após as saudações, o vereador Waldomiro Sobrinho Móia (Vá de Lindolfo) em nome de "Caixinha" direcionou sua fala aos professores e afirmou ser uma honra vivenciar o presente momento. Na sequência, mencionou que nas cobranças feitas anteriormente referentes às estradas esqueceu de citar as comunidades de Sítio do Canto e Curralinho de Baixo. Feito isso, abordou que as explanações dos vereadores nesta Casa Legislativa são oriundas de demandas recebidas da população que os elegeram como representante para fazer cobranças e fiscalizar, para melhorar a qualidade de vida de cada cidadão, ao tempo que citou que em suas legislaturas sempre votou favorável a atender as demandas da classe dos Professores. Na sequência, mencionou que quando as demandas são direcionadas para o lado político quem perde é a população, no instante em que parabenizou o secretário municipal de educação e Dr Ramon, ambos partícipe da Tribuna Livre, por terem citado a importância desta Casa Legislativa, relatando ser comum ouvir de terceiros que o prefeito afirma não precisar da Câmara de Vereadores, porém os projetos que têm chego a essa Câmara é em benefício do povo, mas na hora de aprovar as contas do gestor municipal o mesmo perceberá que dependerá dessa Câmara de Vereadores, independentemente da posição do Tribunal de Contas. Após isso, direcionou sua fala ao presidente da mesa dos trabalhos colocando que o mesmo permitiu que o Regimento fosse quebrado quando os participantes da Tribuna Livre excederam os cinco minutos de fala, no momento em que citou que o mesmo está correto, porém, deveria ter aceito também que a fala dos vereadores fossem estendidas, ao tempo que o parabenizou pelas ações feitas, mas o critica pela falta de cumprimento do Regimento no contexto citado. Na sequência, parabenizou todos os professores presentes e ouvintes, enaltecendo a importância do benefício alcançado, porém gostaria de quê além da presença do secretário municipal de educação aqui estivesse o gestor municipal para maior segurança ao processo, conforme posto anteriormente que no dia da votação do projeto dos precatórios o prefeito também se fizesse presente, no instante que sinalizou ficar apreensivo e que só irá comemorar no dia que os docentes estiverem com os montantes em conta, falou que a classe de professor é quem forma todas as outras profissões e por isso deveria ser valorizada, ao tempo que citou que seu filho é formado psicólogo, estudou em escolas públicas, sua filha é estudante da mesma modalidade e

Koburto Olineira Sousa Motes

o mesmo se orgulha disso. Em uso da palavra o presidente Roberto Carlos Rocha (Carlinhos de Antério) fez as saudações e em seguida expôs que as estradas da Região Serrana das quais eram feitas várias cobranças, estão sendo concluídas nas comunidades de Coqueiro, Barra de Cima, São Jerônimo, Maria da Silva, Muriçoca e região, pontuando que após as cobranças forem executadas devem expor, ao tempo que citou ter recebido mensagens citando as comunidades que necessitam de serviços nas estradas como Vão, Laranjeiras, Batateira, visto que em decorrência disso, os ônibus escolares estão chegando atrasados, no instante em que solicitou do secretário municipal de educação e ao secretário municipal Netinho que dê atenção merecida a população da região citada. Após as colocações acima, abordou que não há Coronel nesta Casa Legislativa e sim exige que haja respeito conforme estabelece o inciso 3 artigo 40 onde cita que o Presidente da Mesa Diretora detém autonomia para colocar ordem aos trabalhos e assim fará enquanto for presidente. Na oportunidade, pediu desculpas a vereadora Márcia, porém, disse à mesma que é necessário seguir o Regimento e que o secretário municipal de educação excedeu sua fala em um contexto de grande relevância aos ouvintes e aos professores. Enfatizou aos presentes que nesta Casa Legislativa não existe prática de coronelismo e que pode ser que haja em alguma residência, diferentemente do que ocorre nessa Instituição. Em uso da palavra, o vereador Roberto Cléber Oliveira Rêgo (Clebinho) solicitou que Dr Ramon representante da APLB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Delegacia Macaúbas respondesse o questionamento que o mesmo fez anteriormente sobre quais os profissionais envolvidos na educação têm direito de receber o recurso dos precatórios. No ato, o Presidente autorizou que o citado respondesse do auditório. Em resposta a indagação do vereador, Dr. Ramon pontuou que atualmente entende-se que todos os profissionais envolvidos na educação além dos Professores os quais são remunerados com o recurso dos 60% teriam direito de receber parte dos recursos do precatório. Mas na época, as merendeiras e outras funções eram remuneradas com os recursos dos 40%, eram considerados profissionais de suporte, não eram ligados diretamente ao processo pedagógico, diferentemente de coordenador pedagógico e diretor escolar, sendo esse o primeiro critério que será analisado. o Vereador Roberto Cléber expôs que o questionamento é uma instigação da população mediante ausência das demais categorias frente a luta, ao tempo que o agradeceu pelos esclarecimentos. Na sequência, abordou que há necessidade da gestão pública regularizar o trânsito dessa municipalidade, citando o exemplo de caminhões estacionados em ruas dá praça da feira impossibilitando o trânsito, sendo necessário que o serviço de carga e descarga seja em local próprio, desobstruindo o trânsito. Na terceira parte - Ordem do Dia o Presidente colocou em primeira discussão e votação: PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 184/2022 DE 29 DE MARÇO DE 2022. O Presidente passou para a Secretária fazer a leitura dos Pareceres e em seguida foram colocados em votação: PARECER Nº 43/2022 SOBRE O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 184/2022 DE 29/03/2022, da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, apresentado por 03 (três) votos favoráveis, optando por sua aprovação; PARECER Nº2 44/2022 SOBRE O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 184/2022 DE 29/03/2022, da Comissão Permanente de Educação, Saúde e Assistências, apresentado por 03 (três), votos favoráveis, optando por sua aprovação; PARECER Nº 45/2022 SOBRE O RROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 184/2022 DE 29/03/2022, da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Fiscalização, Obras e Serviços Públicos apresentado por 03 (três) votos favoráveis, optando por sua aprovação. Os pareces foram aprovados por unanimidade. Continuando, foi colocado em primeira discussão e votação: PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO nº 184/2022 que "Dispõe sobre a aplicação e destinação dos 60% dos recursos oriundos das diferenças dos recursos pagos pela União Federal a título de complementação do antigo FUNDEF por meio de precatórios

Hole

3

100 N

10

Sousa

les elvo

Ahous

Judiciais, bem como autoriza o gestor municipal a fazer acordo acerca da verba, como se especifica e dá outras providências". O vereador José dos Anjos (lé) abordou que esta Casa no momento estava cumprindo uma tarefa em benefício dos professores e também de todo o município e deixou com satisfação o seu voto a favor. O Projeto foi aprovado por unanimidade em primeira votação. Prosseguindo com a Ordem do dia, o Presidente colocou em primeira votação e discussão: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 139/2022 DE 08 DE MARÇO DE 2022. O Presidente passou para a Secretária fazer a leitura do Parecer e em seguida foi colocado em votação: PARECER Nº 46/2022 SOBRE O PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 139/2022 da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, apresentado por 02 (dois) votos favoráveis com o afastamento do Presidente Ricardo Luciano Figueiredo Costa, devido o Projeto ser de sua autoria, optando por sua aprovação; PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 139/2022 DE 08 DE MARÇO DE 2022 "Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação dos veículos (próprios ou locados) da frota Municipal e dá outras providências". O Parecer e o projeto foram aprovados por unanimidade. Dando sequência, foi colocado em discussão e votação: PARECER Nº 47/2022 SOBRE A EMENDA MODIFICATIVA LEGISLATIVA Nº 08/2022 da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, apresentado por 03 (três) votos favoráveis, optando por sua aprovação. O vereador José dos Anjos (lé) esclareceu que a Emenda é constitucional, devido a isso seu voto seria favorável ao relatório. O parecer foi aprovado por unanimidade. Votando a EMENDA MODIFICATIVA LEGISLATIVA Nº 08/2022 "Modifica as tabelas das faixas de consumo – TABELA DE RECEITA Nº X – CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP, do Projeto de Lei Complementar nº 179/2021 de 23 de novembro de 2021, que institui o Novo Código Tributário e de Rendas do Município de Macaúbas, e dá outras providências". O vereador José dos Anjos (lé) pediu aos vereadores da oposição como também da Bancada da situação para votarem ao contrário tanto na Emenda quanto no Projeto, visto que a Emenda é constitucional, porém, diante da crise em que estamos passando em todo o Brasil não poderão aprovar, visto que na Emenda apenas a CIP (Contribuição de Iluminação Pública) foi reparada e tinha que ser incluído todos os itens que está dentro da reforma Tributária, onde de antemão disse que essa CIP já veio nesta Casa e foi aprovada e revogada a Lei na época do ex. Prefeito Amelinho. Finalizou deixando seu voto contra, visto que para cobrar essa taxa o povo de Macaúbas teria que ter uma estrutura muito boa na iluminação pública e pelo contrário, na zona rural do Município onde mora setenta por cento da população, poucas pessoas tem uma lâmpada de má qualidade e quando quebra é um sacrifício para realizar a troca. O vereador, Ricardo Costa disse ser uma matéria polêmica o Projeto da Reforma Tributária que chegou a esta Casa, e antecedendo essa reforma veio a Emenda, a qual diminui as taxas, mas não isenta, visto que isenta apenas a taxa mínima até 150 kilowatts, mas não ver que esse seja o momento para toda e qualquer cobrança de tributos no município, uma vez que no ano anterior já se depararam com um Decreto do Executivo de aumento de água que mexeu muito no bolso dos macaubenses, então não podem admitir mais aumento em qualquer percentual que seja, uma vez que estamos em um momento de pandemia, sendo um assunto importante, porém, que só poderá ser tratado mais adiante, quando a situação financeira do País e do município melhorar e deixou seu voto contra. A vereadora Márcia Benda, esclareceu mais uma vez a iniciativa e competência da Emenda, ao tempo que abordou sobre o questionamento do vereador devido a mesma não ter entrado com outras Emendas em outros setores do Código Tributário, respondendo que a competência é de todos os vereadores e quando entrou com a Emenda referente a CIP para está baixando esses percentuais foi porque a isenção já é descrita no Código Tributário para as pessoas de baixa renda e na Emenda inclui as pessoas que nem são de baixa renda. Após, disse que a fala do vereador é inviolável,

Ands

Harry

TOT I

Roberto Oliveira Joura

m Get

Hautes

porém, a competência do mesmo tem que ser elucidada nesta Casa, pois pode ser normal deixar de votar uma Emenda, mas deixar de analisar um Código Tributário, o qual traz toda uma evolução para o município não é aceitável, visto que não servirá para o Gestor atual, mas para situações futuras, ao tempo que deixou seu pedido aos colegas e à Mesa para que conversem com o Prefeito para que retire o Projeto e mande novamente para que os vereadores de fato possa analisar o projeto e entrar com suas Emendas, não esperando apenas pela vereadora Márcia, pois o que não podem é deixar de aprovar esse projeto de grande evolução para o município e finalizou deixando seu voto a favor. O vereador Waldomiro (Vá de Lindolfo) falou sobre a importância do Código Tributário para o município, porém, é sabido por todos que esse não seria o momento adequado, ao tempo que abordou que no ano anterior entrou com uma Indicação de Projeto nesta Casa propondo a distribuição de cestas básicas para as pessoas carentes que estão passando necessidade, visto que os preços do gás, luz entre outras coisas estão um absurdo e criar mais taxas nesse momento seria um absurdo, visto que o aumento da água foi através do Decreto, o qual não foi passado por esta Casa, ao tempo que agradeceu as falas do Secretário de Educação e do Advogado Dr. Ramon pelo reconhecimento quanto a importância da Câmara de Vereadores, uma vez que se o referido Código pudesse ser feito através de Decreto o Gestor já tinha baixado e o povo estaria pagando, mas no que depender da Câmara a mesma sempre estará a favor do povo e deixou seu voto contra. O vereador Jurandi Amaral (Nego de Eli) falou sobre a importância do Projeto, mas concorda com os colegas com relação ao momento que estamos passando, de grande dificuldades financeiras, principalmente os pequenos comerciantes e deixou seu voto contra. O vereador Marcelo Nogueira falou sobre a importância do Código Tributário para o município, mas é preciso analisar que estamos saindo de uma pandemia, onde o momento não é favorável, visto que está difícil para as pessoas que tem o seu salário imagina para aquelas que estão desempregadas. Em tempos disse entender a Emenda da Vereadora Márcia com a diminuição, mas mesmo assim ainda vai taxar o município, e o momento agora é propício para restabelecer a saúde do povo e recuperar a economia da população e só após isso poderão pensar em Reforma Tributária e deixou seu voto contra. O vereador Ricardo Longa disse que iria acompanhar a Bancada da situação, visto que estamos em momento pandêmico, ao tempo que falou sobre a importância do projeto e do respeito para com a vereadora, autora da Emenda. Em seguida falou sobre algumas situações, onde vereadores que eram da base da Gestão passada tentaram por esse projeto nesta Casa, mas foi derrubado pelo Plenário, ao tempo que teve vereadores da Base do Executivo que não fizeram nada em favor dos professores na época e absteve seu voto à Emenda. O, vereador Jurandi Silva também falou sobre a importância do Projeto do Código Tributário, ao tempo que disse respeitar a Emenda de autoria da vereadora Márcia, mas o momento é inoportuno e deixou seu voto contra. O vereador Roberto Cléber (Clebinho) falou sobre a importância do Código Tributário para o município, pois existe empresários de Macaúbas pagando taxas mínimas da mesma forma que os contribuintes que não tem condições. Em relação a Emenda da vereadora Márcia, disse que iria abster seu voto devido ao momento pandêmico, porém, no futuro poderá votar a favor, por isso não pode ter a hipocrisia de votar não no momento e posteriormente votar sim. Em questão de ordem, a vereadora Márcia Benda disse que a Emeda foi reprovada, porém, o Código Tributário que está em tramitação, se aprovado for, só terá validade para o ano posterior, explicando que por esse motivo se preocupou em entrar com a Emenda para fazer a mudança no Código Tributário. A EMENDA Nº 08/2022 foi rejeitada por 10 (dez) votos contra, 01 (um) voto a favor e 03 (três) abstenções. Em ato contínuo, o Presidente convocou os vereadores para a sessão extraordinária que seria realizada na próxima terça feira dia 12/04/2020 às 08h00min para fazerem a segunda votação do Projeto dos Precatórios, devido as próximas quintas feiras dia 14/04 e dia 21/04 não haverem sessão

3

King S

(N)

Roberts

Unillia So

JEDRA .

Mou

por conta dos feriados. Sem mais nada a tratar o Presidente Roberto Carlos Rocha (Carlinhos de Antério) agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente sessão às 11h24min, da qual, para constar, eu, Edileide Oliveira Rêgo, Secretária, após autorização do Presidente, lavrei e digitei a presente ata, que após lida e não havendo retificações será devidamente aprovada e assinada. Macaúbas, 07 de Abril de 2022.

ROBERTO CARLOS ROCHA MARCELO ANTÔNIO NOGUEIRA COSTA Presidente Vereador ROBERTO CLÉBER QLIVEIRA RÊGO MÁRCIA DA SILVA BENDA Vice - Presidente Vereadona ROBERTO OLIVEIRA SOUSA RICARDO AZEJEDO LONGA Primeiro Secretário Vereador WILLIAN SILVA SOUZA RICARDO LUCIANO FIGUEIREDO COSTA Segundo Secretário MARCIEL COSTA SOUZA ROSENILTON DEFENSOR ARAÚJO Suplente de Secretário Vereador JOSÉ DOS ANJOS SANTOS VALMIR CONCEIÇÃO DOS SANTOS Vergador Vereador NDI COSTA SILVA WALDOMIRO SOBRINHO MOJA Vereador Vereador JURANDI DE SOUSA AMARAL EDILEIDE OLIVEIRA RÊGO Vereador Secretária